

**CONV 543/03**

**NOTA DE ENVIO**

---

de: Secretariado

para: Convenção

---

Assunto: "Círculo de Discussão" sobre o Tribunal de Justiça

---

Junto se envia, à atenção dos membros da Convenção, o quadro de trabalhos do "círculo de discussão" sobre o Tribunal de Justiça definido pelo Praesidium. A presidência será exercida por António Vitorino.

Este círculo deverá ter uma composição mais limitada do que os grupos de trabalho e os seus membros deverão, de preferência, poder contribuir com uma experiência específica, a fim de garantir a sua eficácia e a rapidez de conclusões.

Convidam-se as quatro componentes da Convenção a comunicar ao Secretariado até quinta-feira, 13 de Fevereiro, às 12h00 os nomes dos membros que poderão participar nos trabalhos deste "círculo de discussão".

Informam-se os membros de que está já prevista uma primeira reunião para segunda-feira, 17 de Fevereiro, às 10h00.

### Quadro de trabalhos

1. Os debates da sessão plenária de 5 e 6 de Dezembro de 2002 e de 20 e 21 de Janeiro de 2003 mostraram a preocupação de alguns membros da Convenção quanto à necessidade de se proceder a uma análise aprofundada das eventuais implicações de determinadas propostas apresentadas na Convenção sobre o funcionamento do Tribunal de Justiça. Além disso, foi considerado importante dar a este último e ao Tribunal de Primeira Instância oportunidade de manifestarem a sua opinião sobre as questões que lhes dizem respeito e que são objecto dos trabalhos da Convenção. Para esse efeito, a Presidência considerou oportuno criar um "círculo de discussão" sobre o funcionamento do Tribunal de Justiça.
2. Esse círculo deverá debruçar-se especialmente sobre as questões em relação às quais a Convenção ainda não tem posições definidas, podendo nomeadamente aprofundar os seguintes pontos:
  - a) Deverá o procedimento de nomeação dos juízes e dos advogados-gerais do Tribunal de Justiça (artigo 223.º CE) ser alterado? E quanto à nomeação dos membros do TPI (artigo 224.º CE)?
  - b) A fim de facilitar a aplicação dos artigos 225.º-A, 229.º-A e 245.º TCE, será necessário substituir a regra da unanimidade actualmente existente pela da maioria qualificada?
  - c) Será oportuno rever as denominações de Tribunal de Justiça e de Tribunal de Primeira Instância ou deverão manter-se?
  - d) Será conveniente alterar a redacção do n.º 4 do artigo 230.º CE relativa, nomeadamente, aos recursos directos dos particulares contra actos de alcance geral das Instituições? E quanto aos actos das agências ou dos organismos criados pela União?
  - e) Será conveniente tornar mais eficaz o mecanismo de sanções em caso de não respeito de um acórdão do Tribunal de Justiça? Como? Dando ao Tribunal a possibilidade de estabelecer multas nos seus acórdãos se um Estado-Membro não os respeitar dentro de determinado prazo? Por outros meios?
3. O "círculo de discussão" estará aberto a outras questões que os seus membros ou os membros do Tribunal e do TPI possam eventualmente considerar útil aprofundar. Está previsto que o "círculo de discussão" se reúna 3 ou 4 vezes em Fevereiro e que apresente o seu relatório no início de Março de 2003.